

A distância entre os dois governos FHC

Brasílio Sallum Jr. *

A crise política atual tem dois aspectos — o energético e o relativo à moralidade pública. Tais aspectos vinculam-se a duas ordens de antagonismos. De um lado, na raiz da crise estão as disputas sempre renovadas no interior do governo e de sua base de sustentação entre correntes de opinião divergentes quanto às relações Estado/mercado, os fundamentalistas de mercado e os liberais de inclinação mais desenvolvimentista. A crise de energia está principalmente associada às disputas entre elas e, principalmente, ao modo como o governo tem lidado com tais divergências.

De outro lado, as acusações de corrupção e/ou tolerância em relação a ela são o resultado do enfraquecimento político da Presidência e das fraturas daí decorrentes no sistema político-parlamentar do governo. Embora tenhamos de tocar nas divergências quanto à relação Estado/mercado, focalizaremos aqui as fraturas no bloco parlamentar do governo e os seus desdobramentos.

Câmbio, crescimento e política — A grande diferença política entre os dois governos FHC está em que,

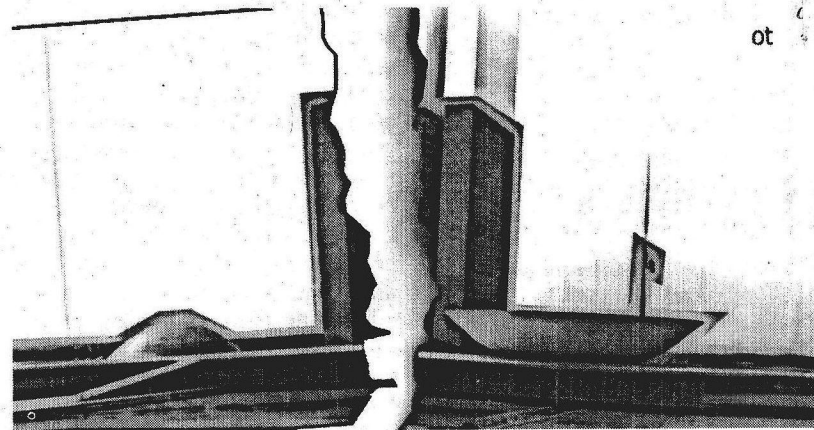
no primeiro, a Presidência dispunha de uma alta capacidade de comando sobre sua base de sustentação, ao passo que, no segundo, boa parte daquela capacidade se esvaiu. O comando sobre a base governista esteve associada ao prestígio popular com que contava o presidente, devido ao sucesso da política de estabilização baseada no câmbio sobrevalorizado. Esse prestígio difuso reforçou os poderes já bastante grandes de que dispõem os presidentes brasileiros e permitiu que FHC realizasse uma tremenda revolução institucional — que deu um caráter

muito mais liberal à Constituição de 1988, recentralizou parcialmente a Federação e mudou as práticas oligárquicas em várias áreas, como na educação e na estrutura agrária.

Hoje, quase nem é preciso dizer que a mesma política econômica que garantiu a estabilização e o prestígio do presidente ajudou a produzir baixo crescimento, desemprego e enorme crescimento da dívida pública na medida em que desprotegeu a economia nacional da instabilidade financeira internacional. Isso acabou, por fim, ocasionando o recurso ao FMI no final de 1998 e a quebra do regime cambial em janeiro de 1999, primeiro mês do segundo mandato de FHC.

Esvaiu-se então muito do prestígio do líder que havia prometido “segurar o real”. As pesquisas de opinião medem bem essa “virada” da psique coletiva, embora as consequências econômicas da crise cambial tenham sido bem reduzidas. A perda de parte da popularidade com que FHC reforçara até então seus poderes presidenciais tornou difícil o controle da base parlamentar governista, especialmente depois de passado o susto da crise cambial de 1999. Com uma política econômica mais favorável às atividades produtivas — pelo ajuste cambial —, a economia e o emprego foram se recuperando, mas não o suficiente para fazer do crescimento a nova base econômica da legitimidade presidencial. Em parte por constrangimentos externos. Em parte porque os liberal-fundamentalistas continuaram a ter o domínio da política econômica, embora com menor peso. Tendo abandonado a fixação cambial, eles adotaram o fiscalismo como sua trincheira. Tornaram-se mais estritos que o FMI no cumprimento de suas metas. Assim, as políticas de expansão econômica — de investimentos públicos e de exportação — ficaram sempre aprisionadas pelo torniquete do Ministério da Fazenda.

De fato, como reformar o sistema tributário, se domina a regra de que imposto bom é imposto velho e de que os investimentos devem ser computados como gastos correntes



no programa de ajuste? Como suprir o País adequadamente de energia, se investimento é considerado despesa a ser evitada e, além do mais, não há consenso entre fundamentalistas e desenvolvimentistas sobre a política energética a ser seguida? Sem muito da popularidade anterior, reduziram-se as condições que haviam garantido para a Presidência a disciplina da base parlamentar no primeiro mandato. Com isso, restringiram-se as condições de efetuar reformas. Só o consenso entre as várias facções do governo e a exigência pequena de maioria absoluta é que permitiram a aprovação, em 2000, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Lutas de facção, corrupção e as oposições — A perda de popularidade da Presidência não só reduziu as

chances de o governo levar adiante seu programa de reformas como abriu espaço para uma atuação mais autônoma das lideranças da base governista. Acentuou-se a luta pelo poder dentro do sistema atual de dominação e por posições no sistema futuro, tanto no âmbito dos estados como no plano nacional. ACM, Jader, Aécio foram apenas as figuras mais visíveis dos choques entre PFL, PMDB e PSDB e dentro de cada partido. Criaram-se CPIs do Judiciário e do Sistema Financeiro, abriu-se enorme celeuma sobre o salário mínimo, tudo culminando na disputa pelos principais cargos da Câmara e do Senado. Na falta de divergências substantivas claras entre os “aliados” do governo, cada vez mais usaram-se acusações de corrupção como arma de luta. Nesse aspecto, ACM e Jader foram insu-

peráveis. Obviamente, os meios de comunicação foram arena de combate e participantes preciosos na luta.

O PT, é preciso reconhecer, só entrou no vácuo dessa corrida. Empolgou-se com ela e hoje é o campeão do chamado denunciamento, imaginando chegar ao poder só pelo desgaste do governo sem apresentar alternativas. O que vem conseguindo é reforçar adversários de oposição. O PTB já garante apoio ao oposicionista Ciro Gomes em 2002, embora jure lealdade ao governo. Itamar, que se quer modelo de honradez, pretende empolgar o PMDB colocando a tradição mineira de conciliação a serviço da aliança com Quéricia, em São Paulo, e Newton Cardoso, em Minas. Apesar disso tudo, Lula leva ao limite sua pretensão de ser apenas símbolo “da oposição”, recusando-se a pôr a mão na massa até para concorrer com Suplicy na convenção do PT.

Há saídas para o governo diante dessa situação? A extraordinária resposta popular ao apelo do governo por poupança de energia mostra, mais uma vez, onde está a fonte possível da recuperação da sua capacidade de governar. A resposta tende a ser positiva caso a agenda do governo coincida com os interesses básicos da população e se o povo for tratado da forma democrática que merece. ■

* Coordenador de pós-graduação em sociologia da Universidade de São Paulo.